

Justificativa

Na cidade de São Paulo, grande parte das pessoas envolvidas na luta por moradia digna é constituída por mulheres, que em sua maioria assumiram a responsabilidade pelo conjunto do núcleo familiar ou como chefes de família ou arcando com o sustento de seus filhos e familiares.

A implantação de projetos sociais em diferentes áreas vem demonstrando que a titularidade dos projetos para as mulheres contribui à estabilidade e para a manutenção do espaço coletivo para o grupo familiar, principalmente porque é com as mulheres que permanecem os membros mais frágeis do grupo, as crianças e os idosos, em casos de abandono ou separação. É indispensável que o poder público atue sobre a realidade que hoje prevalece de maior responsabilização social das mulheres sobre os filhos e idosos do grupo familiar, havendo a necessidade de fortalecer o grau de responsabilidade dos homens pela paternidade.

Considerando essa realidade, a União dos Movimentos de Moradia, a Rede Mulher e Habitat e outras entidades feministas, discutem há alguns anos a necessidade do município promover políticas públicas favoráveis às mulheres, assegurando o direito à titularidade da moradia e projetos correlatos em seu nome, aumentando assim, tanto o grau de segurança de todo o núcleo familiar como melhores condições de negociação sobre a segurança habitacional dessa mesma mulher.

Nesse grupo de discussão, ampliado com a participação da Coordenadoria Especial da Mulher (Secretaria Municipal de Governo), SOF (Sempre Viva Organização Feminina), CMP (Central de Movimentos Populares) e a Casa Lilith, foram elaboradas as diretrizes desse projeto, que foi apresentado como PL pelo Vereador Nabil Bonduki.

A preocupação com a alteração nas relações de trabalho tradicional das mulheres no espaço residencial reflete-se também no compromisso em planejar e assegurar nos conjuntos, áreas e projetos habitacionais, espaços para implantação de creches, equipamento de educação, convivência infantil, áreas lazer e outros serviços com a perspectiva de trabalho e tarefas comunitárias, além do estabelecimento de outras relações de convivência e sociabilidade.

A violência doméstica e sexual é um problema que tem se agravado nos últimos anos, ocupando a pauta de reivindicações das mulheres. Apesar dos baixos índices de denúncia, muitas mulheres são ameaçadas de morte por seus agressores e parceiros, não possuindo condições de defesa e no caso de separação são expulsas de casa sem nenhuma garantia para elas e seus filhos. É necessário a implementação de políticas públicas de combate a violência contra a mulher e garantir a titularidade dos imóveis contribuirá à recomposição da vida autônoma e segura das mulheres como também para mudanças nas relações que estabelecem com seus companheiros.